

Deixo aqui a minha homenagem a todos os profissionais de comunicação do estado de São Paulo pelo dia de hoje. Sei que é o mínimo que eu poderia fazer. Sei que alguns não dão a devida importância, mas para mim é importante porquanto essa é a minha vocação.

Sr. Presidente, deixo aqui registrado o “Dia do Policial Ambiental”, o “Dia de Luta das Pessoa com Necessidades Especiais”, o “Dia da Árvore” e também e o “Dia do Radialista”. Muito obrigado, Sr. Presidente.

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Camilo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Muito obrigado nobre deputado. Em nome da Polícia Militar, em nome dos policiais ambientais, um agradecimento ao nobre deputado Ed Thomas, por ter se lembrado de datas importantes da Polícia Militar. Normalmente lembram só para criticá-la. Portanto, sua voz é bem vinda, voz de radialista tão bonita, ainda mais enaltecendo o trabalho da nossa Polícia Militar.

Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Márcio Camargo. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.)

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Léo Oliveira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cássio Navarro. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caríssimo deputado Coronel Camilo, eu quero cumprimentar as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados e os telespectadores.

Mais uma vez, digo desta tribuna algo que me preocupa muito, a cidade de São Paulo, onde eu fui vereador por 28 anos, esta cidade-estado, esta cidade-país. Muitos países não têm a dimensão, a população que tem a cidade de São Paulo, com muitos problemas. Quando saímos pela manhã, presenciamos congestionamento intenso, trabalhadores que saem e ficam empilhados, ficam como uma lata de sardinha dentro de metrô, dentro de trens e de ônibus. É uma tristeza muito grande. Não tem qualidade de vida, não tem qualidade em termos de mobilidade.

Os cidadãos trabalham muito, carregam este País nas costas, País esse promissor que será certamente um dos maiores países do universo. Vejo um congestionamento impar, sem precedente na história. Vimos ciclovias completamente em desuso, sem nenhuma utilização. Aliás, hoje, vi pela primeira vez e comentei com meu companheiro, que estava dirigindo, um ciclista subindo a Avenida Bosque da Saúde, no meu bairro. Normalmente não tem nada. Pode ficar lá cinco, seis horas ou mais e não passa ninguém. Hoje, por volta das 11 horas estava passando na Avenida Bosque da Saúde e vi, pela primeira vez, depois de vários e vários meses. Não via nenhum uso, nem na da Bosque da Saúde, como na da Rua Santa Cruz e em outras vias.

É por isso que eu sempre digo que nós devemos desafogar o trânsito, aumentar, melhorar a mobilidade daqueles que querem trabalhar, de comerciantes, de carros escolares, de ambulâncias, de ônibus. Com a ciclovias estreita, ao invés de termos duas pistas rolantes, temos uma só, porque a ciclovias tem dois metros e pouco, mas ocupa uma faixa de três, quatro metros e impede que haja o tráfego, haja o escoamento dos carros, das ambulâncias, de todos os veículos que precisam transitar por essas ruas que não têm nenhum movimento, nenhum uso.

Por isso que eu recomendo que façamos um estudo, um projeto para colocação de ciclovias com esse rodízio, de segunda a sexta-feira, sábado pela manhã, em que as pessoas ainda vão ao trabalho, que ficam congestionadas essas ruas. E não são avenidas, mas são ruas movimentadas que passaram a ter só uma via rolante, tinham duas faixas e agora tem uma só. E congestionam, dão congestionamento nas avenidas porque fica o rabo do congestionamento e acabou até atrapalhando as avenidas. A minha proposta é a colocação de um rodízio nas ciclovias para que melhorem as condições. São Paulo não pode ficar travada.

Engessaram e imobilizaram-na. Cinquenta quilômetros por hora em uma marginal, em uma 23 de Maio 60 quilômetros por hora é não deixar escorar o trânsito e fica essa congestão. Fica todo mundo um atrás do outro, e se passar essa velocidade é multado.

O corredor de ônibus tudo bem. Até que enfim liberaram para os táxis. Pelo menos desafogou um pouquinho, porque os táxis iam junto com os carros particulares. O prefeito fez uma boa ação deixando os táxis com passageiros circularem nos corredores de ônibus, mas temos que fazer outras medidas para desafogar um pouco esse trânsito.

Em relação aos acidentes, os carros hoje têm freio ABS. O que precisamos é orientação. Aumentar o limite de velocidade em 10, 20 quilômetros nas marginais, nas rodovias, em avenidas, como a 23 de maio, não vai alterar nada. Não vai haver nenhum acidente a mais ou a menos.

É só questão de orientação. Os nossos carros são modernos, estão equipados com freio ABS. Antigamente isso não existia, era lona, e havia muita dificuldade para frear.

Precisamos melhorar as condições desta cidade. Não dá para aceitar uma cidade como São Paulo ver crianças nas ruas assaltando. Crianças em locais promíscuos, onde ocorre até a exploração sexual infantil, e as autoridades competentes ficam olhando.

Vemos crianças pedindo esmolas nos cruzamentos. Eu fiz a lei que proíbe qualquer atividade no semáforo. Essas crianças aprendem tudo que não presta, porque elas não têm a mãe verdadeira, biológica, o pai verdadeiro, biológico. É mãe de rua e pai de rua que alimentam essas crianças com esse dinheiro arrecadado, com essa esmolinha que compra as drogas e que coloca as crianças no mau caminho.

Quero voltar a falar de outros problemas que tem esta cidade, porque São Paulo é como a caixa de ressonância, ela traz uma repercussão muito grande para outras cidades. São Paulo, a Capital, tem que dar exemplos. Portanto, a eleição que vem agora dos prefeitos é muito importante nessa escolha. Espero que escolhamos um bom prefeito, que faça um grande governo e ajude a irradiar a tantas cidades brasileiras coisas boas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Obrigado, nobre deputado Jooji Hato. Queria corroborar com as palavras de nosso grande deputado. Nós precisamos investir muito na área do trânsito, não necessariamente baixando a velocidade em todos os lugares. Eu acho importante, acho que isso diminui os acidentes, mas precisamos ver o lado da formação dos condutores.

Temos que trabalhar em três aspectos nessa área. Temos que trabalhar na educação escolar de trânsito, na formação dos condutores na base, na cidadania e na fiscalização. Precisamos atuar principalmente na formação dos condutores. Temos que acabar com esse fornecimento de carteiras de forma inadequada, que traz muitos motoristas sem condições de dirigir para as nossas ruas.

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência acrescenta que o trânsito de São Paulo, que é congestionado, deve ser minorado com educação e orientação. Não podemos ficar o tempo todo multando, alimentando a indústria da multa. Temos que fazer com que todos os nossos motoristas trafeguem com mais cuidado e menos acidentes.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD – SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, telespectadores da TV Assembleia, hoje nós vamos falar de um assunto extremamente importante, que está em nosso dia a dia e influencia em nossa vida. Trata-se da impunidade.

Antes de falar sobre isso, parabéns ao policial ambiental pelo seu dia.

Voltando à impunidade. Nós tivemos hoje um caso grave de um namorado que manteve a sua namorada, Patrícia Correia, em cárcere privado. Infelizmente, a ação da polícia acabou com a morte dele, mas salvou a vida dela. O Fabiano Crisóstomo, que é o rapaz que faleceu com 30 e poucos anos, já estava ameaçando colocar fogo na menina. Ele partiria para uma coisa pior.

Há dois dias, houve o sequestro de uma mulher em Perdizes, que se prolongou, terminando em Itupeva. A polícia prendeu todos. Eu gostaria de frisar que vivemos em um momento em que os infratores da lei não têm mais consciência do que é pena. Temos que voltar à punição para diminuir a impunidade. Cada vez mais os infratores têm esse sentimento de impunidade. Presos saem tendo cumprido um sexto da pena. Precisamos mudar isso.

Isso está bem claro em uma pesquisa feita recentemente pelo Instituto Sou da Paz. Eles devem divulgá-la hoje ou amanhã. Dos quatro mil projetos da Câmara Federal, mais ou menos 700 são da área de Segurança. Dos 700, 250 são para o enrijecimento das penas. O que isso significa?

Precisamos parar com essa hipocrisia no Brasil de ficar passando a mão na cabeça do infrator da lei. Precisamos parar de ser paternalistas com o infrator da lei. Precisamos sim tornar as leis mais rígidas, mas precisamos entender que quem cometeu crimes tem que pagar, tem que ser responsabilizado por eles. Isso está na mudança da lei.

Respeito muito a pesquisa do Instituto Sou da Paz, embora ela caminhe para outra direção, dizendo que tem que mudar a estrutura das polícias e da Segurança pública. Primeiramente, temos que mudar as leis. Não posso ter uma lei no Brasil que permita, cinco vezes por ano, que 25 mil presos saiam às ruas no Dia dos Pais, Páscoa, Dia das Mães, Finados e Natal.

No Dia dos Pais, sai a Richthofen, que matou os seus pais. Entendo que há um interesse de ressocialização, mas precisamos parar com essa hipocrisia, precisamos parar com essa progressão de pena indiscriminada. Cumpre-se um sexto da pena e já está fora do sistema carcerário, vai para os albergues, ou seja, nem cumpriu a pena.

Em alguns países europeus e na Ásia, só se fala em progressão depois de dois terços da pena cumpridos. E há muitos critérios para essa progressão. Há ainda as coisas que inventamos neste Brasil, as quais não existem em nenhum lugar do mundo, como a visita íntima para o preso. O preso tem que ser tratado com respeito e dignidade. Ele deve ter um espaço para cumprir a sua pena, mas temos que voltar à função da pena.

A pena tem várias funções. A primeira é reprimir quem cometeu o erro para que ele possa saber que não é para fazer isso. A segunda é para proteger a sociedade. Tenho que tirar do seio da sociedade alguém que está cometendo crimes, senão ele irá cometer mais crimes, e mais pessoas serão prejudicadas. Em terceiro lugar, essa pena tem que servir de exemplo para outros que estejam com ideias malucas na cabeça, porque eles não podem fazer isso. Em um quarto momento, eu posso pensar em ressocialização, mas não como primeira opção. Nem foi preso e já está pensando em ressocialização.

Temos que entender que cadeia é pena, e pena é punição. Se eu tiver que me preocupar com alguém nesse emaranhado entre polícia e preso, tenho que me preocupar com a vítima e não com quem está preso. Tenho que me preocupar com a família da vítima. Tenho que me preocupar com a família que perdeu o pai e com a mãe que perdeu o filho.

Queria que esses militantes dos direitos humanos - aliás, são pessoas que usam o manto dos direitos humanos para defenderem infratores da lei - pensassem nas vítimas, pensassem nos 30 policiais que perdemos só este ano, uma média de 60, 70 policiais perde-se por ano defendendo o cidadão.

Chamo a atenção desses que se dizem ativistas dos Direitos Humanos - eu sou defensor dos Direitos Humanos, eles são princípio fundamental da Polícia de São Paulo - para que isso fosse equânime: para o infrator da lei, para o policial e para a vítima.

Vamos parar com essa hipocrisia. Vamos, sim, tornar as leis criminais neste País mais rígidas. Vamos voltar ao verdadeiro sentimento de punição. Vamos diminuir essa impunidade que reina para um ambiente onde quem fez seja responsabilizado na medida do ato que praticou.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Camilo.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, de volta a esta tribuna gostaria de fazer um comentário crítico em relação à pesquisa publicada hoje no jornal “Folha de S.Paulo”, uma pesquisa encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, uma ONG especializada nessa área, sobre a violência contra as mulheres no Brasil.

A matéria diz que um terço dos brasileiros culpam mulheres por estupro sofrido. Segundo a pesquisa, 30% diz acreditar que mulher que usa roupa provocativa não pode reclamar de ser estuprada.

Este é um dado assustador, que confirma o que já sabemos, que confirma o que vimos denunciando há muito tempo: a famosa cultura do estupro no Brasil.

A cada 11 minutos uma mulher é violentada, é vítima de violência sexual, é estuprada no País. Este é um dado terrível.

A pesquisa é muito detalhista e coloca também a questão da escolaridade, o que achei muito interessante e gostaria de comentar.

Quanto mais escolaridade, mais diminui essa concepção, isso cai a uma percentagem muito grande. No Ensino Superior essa percepção cai a 16 por cento. Apenas 16% das pessoas entrevistadas concordaram com que a mulher é a própria responsável pelo estupro, diferentemente do que pensam as pessoas que têm apenas o Ensino Fundamental.

Eu abordo essa questão porque nós que trabalhamos com a Educação, nós que somos profissionais da Educação, professores, educadores, sabemos que podemos cortar o mal pela raiz, podemos cortar o mal no nascedouro: na infância - nas crianças e adolescentes - através de uma educação crítica, uma educação voltada para a cidadania, uma educação que possa levar o aluno a combater qualquer tipo de preconceito, de discriminação. Por isso defendemos sempre que a escola faça o debate sobre a identidade de gênero, diversidade sexual, identidade cultural, sobre o machismo, que a escola se debruce sobre esses temas, que estes temas façam parte do projeto pedagógico da escola.

Agora, infelizmente, na aprovação dos planos de Educação, tanto do plano nacional, como dos planos estaduais e também municipais, essa questão da identidade de gênero não foi incorporada nas metas a serem atingidas pela Educação brasileira. É um absurdo.

E também não foi incorporada outra questão que estávamos discutindo e pela qual lutamos muito, a da diversidade sexual. Eram duas metas importantes que queríamos incorporar nos planos de Educação e foram rejeitadas por setores fundamentalistas e anacrônicos, que fizeram e até criaram uma terminologia chamada de identidade de gênero.

Esses grupos fizeram lobby na Assembleia Legislativa, no Congresso Nacional e na Câmara Municipal para que essa proposta que nós tanto defendemos, de combate à violência contra as mulheres, não fosse incorporada. Um verdadeiro absurdo. Ou seja, sofremos um retrocesso imenso.

E depois temos o reforço desses grupos fundamentalistas com a Proposta da Escola sem Partido, ou seja, a escola com censura e com mordação. Esses grupos fundamentalistas e anacrônicos, na prática, estão estimulando a violência contra as mulheres.

Se hoje temos, no Brasil, a cada 11 minutos, uma mulher sendo estuprada, é muito por conta do reforço que esses grupos estão dando, impedindo a discussão crítica nas escolas, para que elas possam debater todas essas formas de preconceito e discriminação, sobretudo em relação às mulheres, à comunidade LGBT e aos negros.

Há uma forte oposição desses setores para que as escolas fiquem em total omissão com relação a esses temas e, com isso, a escola perde uma grande oportunidade de contribuir para o banimento, de uma vez por todas, do machismo e da violência contra as mulheres, contra a comunidade LGBT e contra os negros.

Lembro que o Brasil, embora seja extremamente marcado pela cultura negra - 50% da população é afrodescendente, o Brasil é o segundo país negro do mundo, só perde para a Nigéria -, é um País extremamente racista, que discrimina a população afrodescendente.

Então, a escola tem um papel importante, presidente, de formar pessoas críticas, que possam exercer o pleno exercício da cidadania e que se coloquem frontalmente contra qualquer tipo de preconceito e de discriminação. Vamos continuar lutando para que a Educação brasileira cumpra um papel importante no combate à violência contra as mulheres.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Muito obrigado, nobre deputado Carlos Giannazi. Concordo em gênero, número e grau com suas colocações, acho apenas que há um tempo para se discutir as coisas. E faço uma sugestão aos nossos professores, vamos incluir também na discussão a inclusão de uma disciplina em que se discuta a cidadania, a exemplo do que existia no passado com nossa saudosa Educação Moral e Cívica.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 33 minutos.

22 DE SETEMBRO DE 2016

133ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e **CORONEL TELHADA**

Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CORONEL TELHADA

Saúda os visitantes presentes na galeria. Discorre sobre o trabalho da Polícia Militar nas eleições. Solicita que o TRE escale os policiais para locais próximos a seu cartório eleitoral ou permita que eles votem em trânsito. Pede a reavaliação da convocação de dois policiais por local de votação.

3 - CORONEL CAMILO

Para comunicação, reitera as palavras do deputado Coronel Telhada.

4 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Solidariza-se com o discurso do deputado Coronel Telhada.

5 - CORONEL TELHADA

Para comunicação, acentua que os policiais civis e outros profissionais em trabalho durante as eleições também devem ter garantido o seu direito ao voto. Reprova a possibilidade das pessoas encarceradas votarem.

6 - CORONEL CAMILO

Faz críticas ao ouvidor de polícia Julio Cesar Fernandes Neves. Defende a mudança da forma de escolha do ouvidor. Discorre sobre o trabalho da Corregedoria da Polícia Militar, que considera eficiente. Expõe dados de assassinatos de policiais. Assevera que a violência da sociedade brasileira decorre da legislação, que protege os infratores e gera um sentimento de impunidade.

7 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência. Declara seu apoio às críticas tecidas pelo deputado Coronel Camilo.

8 - JOOJI HATO

Sugere o rodízio de ciclovias como forma de diminuir os congestionamentos em São Paulo. Lamenta a mendicância de crianças e adolescentes tuteladas por adultos envolvidos no tráfico de drogas. Defende lei municipal, de sua autoria, que proíbe atividades nos cruzamentos de vias. Argumenta que a violência sobrecarrega os serviços de saúde. Mostra-se favorável ao acolhimento de jovens em locais vulneráveis, por meio do esporte.

9 - JOOJI HATO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

10 - CORONEL TELHADA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 23/09, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE – JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO – CORONEL TELHADA – PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Afonso Lobato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Teonílio Barba. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, deputado Coronel Camilo, funcionários, assessores, público presente nas galerias, telespectadores da TV Assembleia, policiais militares aqui presentes, venho à tribuna com um assunto que a maioria das pessoas, talvez, não saiba. Estamos a dez dias do pleito municipal em todos os municípios do estado de São Paulo. Todos vêm a esta Casa, Coronel Camilo, reclamar da nossa Polícia. Estamos no pleito municipal e V. Exa., como comandante-geral que foi, lembra que a nossa missão de policial militar é, no dia da eleição, garantirmos a segurança do Estado. Mas ninguém sabe, aqui, o quanto o policial militar é prejudicado, por quanto a grande maioria da nossa Tropa não pode exercer o seu direito de cidadão, que é votar.

O bandido vota na cadeia, e o policial militar não pode votar. Por quê? Porque, por obrigação, até pela sua missão, ele é escalado em determinado lugar para fazer o policiamento. Lembro que conversei com o nosso deputado federal Major Olímpio, enquanto deputado aqui, e ele havia até entrado com documentação. Vou até conversar com o Coronel Camilo sobre esse assunto para reforçarmos novamente esse problema, entramos em contato com o TER, no sentido de fazer o policial militar votar no local em que está escalado.

O que acontece? O policial militar é escalado num posto, numa escola, em algum lugar de votação e não pode se afastar; não pode votar ali, porque não é sua zona eleitoral. Eu estava conversando com o pessoal de Campinas, há pouco, e só em Campinas aproximadamente 800 policiais militares deixarão de votar, porque moram, às vezes, fora do município, moram em local distante, têm 12 horas de serviço. Estou falando do pessoal do local de votação, mas há policiais na radiopatrulha, no serviço normal de policiamento, que também estão 12 horas escalados e não podem abandonar sua viatura, o seu local de patrulhamento para fazer a votação, sendo que no local em que trabalham, existem inúmeras escolas. E mesmo assim o policial militar não pode exercer o seu direito, ou seja, o policial está de serviço cuidando da população - isso na radiopatrulha, na rua -, está cuidando do local de votação, onde milhares de pessoas vão votar, e ele não pode votar, porque aquele não é o seu local de votação. Bastaria o TER ou o TSE se interessar para fazer com que aquele policial votasse em seu local de trabalho. Isso é um direito do cidadão. Põem urna de votação dentro da cadeia para o bandido votar, e o policial militar não consegue exercer o seu direito de cidadão!

Acabei de receber, agora, uma nota de serviço em que estão sendo escalados dois policiais para cada local de votação, o que normalmente era feito com um policial. Pediram ao comandante-geral que revisse esse problema, porque ao invés de termos quase 80% da nossa Tropa não votando, vamos ter praticamente 100%, porque todos os homens que estão de folga - para quem não sabe, para quem reclama tanto da Polícia - são chamados para trabalhar no dia de sua folga, para que você possa votar em segurança. Ou seja, a Polícia Militar não exerce o direito de cidadão, que é votar. Conclusão: os nossos candidatos perdem praticamente 50% dos seus votos, porque não conseguem fazer com que seus eleitores votem no seu candidato. A Polícia Militar não consegue a representação que quer, porque é uma votação expressiva que teremos, agora, nessa eleição municipal. Se Deus quiser, elegeremos muitos candidatos policiais militares. Aliás, isso tem incomodado muita gente. E é bom que incomode mesmo. Futuramente, nesta Assembleia, além do Coronel Camilo e deste deputado, teremos outros policiais militares.

Então queremos, aqui, publicamente, trazer esse problema. Faremos documento ao TER sobre isso. Já falei com o coronel José Paulo, meu chefe de gabinete. Até convido o Coronel Camilo para fazer um documento em conjunto comigo, dois deputados pedindo ao TER essa providência, para que mudemos essa situação. É impossível continuar impedindo, bloqueando o policial militar de votar. É um direito do cidadão.

Como eu disse, o preso, que está cumprindo pena dentro de uma cadeia, vota. E o policial militar, que está trabalhando, cuidando da população, tem o seu direito impedido. Isso precisa mudar. Aliás, já era para ser mudado há muito tempo. O pessoal cria uma eletrônica, aliás muita gente duvida da total lisura da urna eletrônica. Não sei, não sou técnico em Informática, não sei dizer, mas criaram a urna eletrônica para resolver o problema. E um simples ajuste na urna eletrônica poderia ser feito, para o policial militar votar.

E não digo só o policial militar: os médicos que estão de plantão, o pessoal da Secretaria de Assistência Penitenciária, o pessoal que está na muralha, o pessoal que está trabalhando dentro do presídio.

O preso vota dentro do presídio. Será que o funcionário consegue votar? Acho que não. O pessoal da Guarda Civil Metropolitana, das guardas civis, que estão de serviço, ou seja, até preso vota neste País, e o pessoal da área de Segurança, da área da Saúde, quem está de serviço, não consegue votar.

Precisamos reverter essa situação. Peça que as notas taquigráficas sejam encaminhadas com urgência ao Sr. Comandante Geral da Polícia Militar, ao Sr. Secretário de Segurança Pública, ao Sr. Governador e ao Sr. Presidente do TRE em São Paulo, para que esse problema seja analisado e possamos mudar, com urgência, essa triste realidade que acontece na Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, quero deixar registrado aqui o meu apoio ao Coronel Telhada. Quem está fazendo a segurança da própria democracia no País está sendo impedido de exercer o seu direito de votar. Isso já foi falado, já foi feito em outras vezes, já foi reclamado em outras vezes junto ao nosso Tribunal Regional Eleitoral.

Vamos fazer, sim, juntos, um documento pedindo ao nosso Tribunal que autorize os nossos policiais a votar em trânsito, para que eles possam, onde quer que eles estejam trabalhando, que possam votar e exercer a sua cidadania.

Muito obrigado, Sr. Presidente.